

## ESCALADA: UMA PERSPECTIVA DE USO PÚBLICO PARA O PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS - PR

Sara Ferreira Ribas  
Jasmine Cardozo Moreira

**RESUMO:** O Parque Nacional dos Campos Gerais é uma Unidade de Conservação (UC) paranaense, de proteção integral, a esta categoria é permitida a visitação pública. Para conciliar a preservação da natureza com a visitação é necessário um planejamento minucioso por parte do órgão responsável (neste caso o ICMBio), delimitando os tipos de uso e os locais permitidos para as mais variadas atividades dentro do parque. Embora o parque seja relativamente novo, pois foi decretado como UC em 2006, ainda não teve início a sua desapropriação e a prática de atividade de escalada já vinha acontecendo muito antes da sua criação. A primeira fase da pesquisa buscou o levantamento das áreas onde vem ocorrendo a prática de escalada. Para a segunda fase da pesquisa foram realizadas visitas técnicas onde foi possível identificar os locais para a prática. Por fim, são tratadas as diretrizes e normas técnicas necessárias para esta atividade, promovendo assim, um diagnóstico atual da atividade dentro da UC.

**Palavras-chave:** Unidade de Conservação; Uso Público; Escalada.

**ABSTRACT:** The National Park of Campos Gerais is a Conservation Unit full protection, and to this category allow public use. In order to reconcile the preservation of nature with visitation careful planning is required by the responsible agency, limiting the types of uses and locations allowed for more varied activities within the park. Although the park is relatively new, as it was decreed as Conservation Unit in 2006, the practice of climbing activity already happened long before its creation. The first phase of the research sought to survey the areas which has been taking place to practice climbing. For the second phase of the research were carried out technical visits where it was possible to identify the places to practice and confronts them with technical guidelines and standards necessary for this activity, thus promoting a current diagnosis of activity within the Conservation Unit

**Keywords:** Conservation Unit; Public Use; Climbing.

### 1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de conservar e proteger a natureza e o uso racional dos recursos naturais, são criadas pelo Estado as Unidades de Conservação. São territórios de posse e domínio público e privado, de maneira a assegurar a proteção de mananciais, da cobertura vegetal e a fauna nativa e endêmica de cada região e concomitantemente a qualidade de vida dos seres humanos.

As Unidades de Conservação (UC) brasileiras foram criadas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituída no ano 2000, são divididas

em duas categorias distintas. Cada uma delas apresenta objetivos específicos de manejo de acordo com sua classificação.

O Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG) é uma UC de proteção integral, tem como finalidade a preservação dos ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a pesquisa científica e atividades de educação e de ecoturismo.

É uma UC Federal, e cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) gerir, proteger, fiscalizar e monitorar. Porém está passando por regularização fundiária (ainda no início), que se faz necessária à esta categoria.

O parque está localizado entre os municípios paranaenses de Castro, Carambeí e Ponta Grossa, na região Sul do Brasil, com área de aproximadamente 21.287 hectares. Foi criado através do Decreto Federal s/nº (23 de março de 2006), que levou em conta a relevância e fragilidade ambiental, aspectos da geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação natural, uso do solo e sítios de especial interesse turístico, sendo assim uma área de interesse ecológico de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2006).

A região dos Campos Gerais está localizada no Segundo Planalto Paranaense na divisa com o Primeiro Planalto Paranaense, área de transição marcados pela Escarpa Devoniana, feição geomorfológica de afloramentos rochosos do Arenito Furnas que formam paredões que propiciam à região a prática de escalada esportiva em ambiente natural. Segundo Barros e Massuqueto (2010) existem 91 vias catalogadas de escalada localizada próximos à cidade de Ponta Grossa .

Porém, a atividade de escalada acontece dentro de uma área protegida e seu uso público deve ser cuidadosamente planejado para que possa cumprir com os objetivos de sua criação. Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo geral, baseando-se nas diretrizes do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente, localizar espacialmente e avaliar previamente, como vem ocorrendo esta atividade dentro da UC.

## 2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação de uma área com o objetivo de conservar a biodiversidade é um dever do Estado e/ou da iniciativa privada, é uma prerrogativa constitucional que a sociedade tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do poder público e da coletividade defender e preservar para as futuras gerações.

O princípio da sustentabilidade, que segundo a constituição no que tange a relação meio ambiente e sociedade em seu artigo 225 da Constituição Federal, invoca o direito intergeracional em que as gerações presentes têm o direito de receber um ambiente sadio e a responsabilidade de transmiti-lo as futuras gerações da mesma forma ou ainda em melhores condições (WEIDMANN, 2002).

Com o avanço tecnológico e a apropriação dos recursos naturais, as transformações ocorridas no meio ambiente natural para implementação agrícola das mais diversas, a produções de polos industriais e o surgimento de grandiosos centros urbanos têm causado a devastação sem precedentes nas florestas e no ambiente natural como um todo. A preocupação com os remanescentes florestais, advindo em sua maioria do incentivo estrangeiro em políticas ambientais, fez surgir a preocupação em criar áreas especialmente protegidas.

As Unidades de Conservação brasileiras tiveram influencia norte-americana com a criação do primeiro parque nacional, o *Yellowstone National Park* que deu origem ao termo difundido mundialmente. O parque foi criado em 1872 com enfoque preservacionista, de maneira que garantisse o usufruto de todos e não a exploração de uma minoria, impossibilitando qualquer interferência humana (MILANO, 2002).

O conceito de áreas protegidas mudou bastante desde a sua criação até os dias atuais, além de preservar belezas exuberantes, assumiram o papel de proteção dos recursos hídricos, desenvolvimento de pesquisas, manutenção do equilíbrio climático, preservação de espécies endêmicas de fauna e flora, e a preservação de sítios geológicos.

As UCs brasileiras foram instituídas como as conhecemos hoje, através da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), (Lei Federal 9.985 de junho de 2000), que as dividiu em duas categorias distintas, com a finalidade de

preservar e a outra de conservar. A primeira defende o mínimo de intervenção humana, já a segunda permite o uso racional dos seus recursos.

Cada uma delas apresenta objetivos específicos de manejo de acordo com sua classificação. São divididos em dois grandes grupos: o de proteção integral e o de uso sustentável. Totalizando doze categorias estabelecidas pelo SNUC que as define:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000 p. 01).

As UCs são áreas voltadas para a proteção da natureza e o uso responsável de seus recursos, buscando causar o menor impacto possível, principalmente nas áreas de Proteção Integral onde há visitação, como Florestas Nacionais, as Reservas Extrativista e os Parques Nacionais. Porém o seu uso público deve ser cuidadosamente planejado para que possa cumprir com os objetivos de sua criação.

Deste modo, Uso Público é definido como,

forma de utilização e aproveitamento das unidades de conservação, por meio da visitação, independentemente da motivação do visitante (contemplação, recreação, esporte, observação de aves, entre outros) ou do segmento do turismo em questão (ecoturismo, turismo de aventura, entre outros) (MMA, 2011, p. 64).

Os Parque Nacionais são as UCs mais visitadas no Brasil. São UCs de proteção integral, e têm como finalidade a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

Inicialmente, as unidades são muitas vezes compostas por vários imóveis particulares com os mais variados usos, o SNUC define claramente o regime público, sendo a desapropriação necessária à esta categoria (BRASIL, 2000).

A morosidade das ações de regularização fundiária dificultam o cumprimento de suas finalidades propostas na criação das UCs, de promover a interação do visitante com a biodiversidade, de desenvolver atividades recreativas e o turismo sustentável.

Para que a visitação não coloque em risco os ecossistemas frágeis das UCs é necessário o planejamento mediante a elaboração do Plano de Manejo, que deve conter informações para o visitante sobre os atributos naturais e zoneamento destas unidades, os locais de visitação e prática de atividades que estejam em sintonia com os ecossistemas protegidos.

O zoneamento das UCs é um importante método do plano de manejo que organiza espacialmente em zonas sob diferentes intensidades, graus de proteção e regras para uso da UC. Segundo Pádua (2002) o Plano de Manejo é uma ferramenta, um guia prático para o chefe da unidade e sua equipe. Nada mais é do que um documento onde se podem encontrar informações sobre a forma de se manejar a área, é um processo contínuo de planejamento que norteará o desenvolvimento adequado para o programa de uso público.

Atualmente o órgão responsável pelas UCs Federais é o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi criado pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que tem como missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Cabe ao ICMBio monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas UCs obedecendo as exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente.

Falando-se em desenvolvimento socioambiental podemos nesse sentido citar o turismo e suas segmentações (ecoturismo, turismo de aventura, turismo esportivo) como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico e sustentabilidade das UCs. Pois o Turismo Sustentável tem como objetivo atender ao mesmo tempo aos anseios dos visitantes e das comunidades receptoras de forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem prejudicar a manutenção cultural, ecológica e biológica local (PÁDUA, 2002).

O turismo sustentável pode ser definido como:

aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que, se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente de que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário servindo de base para uma diversificação da economia local (WALL 1997, *apud* KINKER, 2002 p. 17).

A visitação pública em uma UC demonstra-se como atividade conciliável com os objetivos de conservação, podendo gerar renda direta e indireta, assim como custeio de despesas da unidade.

## **2.1 Caracterização do Parque Nacional dos Campos Gerais**

O Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG) é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, Está localizado entre os municípios paranaenses de Castro, Carambeí e Ponta Grossa, na região Sul do Brasil, com área de aproximadamente 21.287 hectares (BRASIL, 2006).

A preservação dos ecossistemas associados à floresta Ombrófila Mista, formação fitogeográfica original da região Sul do país encontrava-se fragmentada resultado de logo período de exploração agrossilvipastoril. O processo tardio de criação das unidades de conservação de uso integral fez com que poucos remanescentes florestais permanecessem em estado satisfatório de conservação e extensão suficiente para atender os objetivos de proteção (OLIVEIRA, 2012).

A categoria de Parque Nacional foi escolhida em função de seus elevados atributos cênicos de campos com capões e matas de galerias, incluindo cachoeiras, furnas, abrigo para espécies ameaçadas da flora (imbuia, araucária, canela-sassafrás) e da fauna (lobo-guará, puma, gralha-azul), por possuir espécies endêmicas (cactos-de-vila-velha, palmeira-anã) e as nascentes dos afluentes do manancial de captação de água para os municípios da região (ICMBIO, 2012).

Apresenta um extenso sistema hidrográfico, o principal rio da região é o Rio Tibagi, destacando-se o afluente o rio Pitanguí, como sendo o principal manancial de abastecimento da cidade de Ponta Grossa e Carambeí, sendo barrado na represa Alagados.

A geomorfologia local deve-se ao relevo de transição entre o Primeiro e Segundo Planalto Paranaense marcado pela feição denominada Escarpa Devoniana com altitudes que atingem 1.172 metros. Seu relevo abrupto proporciona formas singulares, como grutas, cavernas, corredeiras e cachoeiras (MELO, GUIMARÃES, SANTANA, 2010). Na Floresta com Araucária e Campos Nativos são encontradas formações geomorfológicas singulares como o Buraco do Padre, as Furnas

Gêmeas, o cânion do rio São Jorge e a Cachoeira da Mariquinha, que fazem parte da área objeto de estudo. Porém a área está passando pela regularização da UC, o processo está sendo realizado de forma lenta, comprometendo a conservação dos elementos naturais da área objeto (MOREIRA e ROCHA, 2007).

### **3. ECOTURISMO, TURISMO DE AVENTURA E VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

A visitação em ambientes naturais tem crescido vertiginosamente nas ultimas décadas. A vida agitada dos grandes centros e a falta de contato com a natureza fez aumentar a procura por um estilo de vida mais saudável com passeios e atividades físicas em áreas naturais.

A motivação pode variar de acordo com objetivos específicos, como a visitação para fins pedagógicos, com turmas de escolas em parques e reservas, as universidades para fins de pesquisa, tornando as UCs verdadeiros laboratórios a céu aberto.

Mas não obstante, a visitação para outros fins, com a finalidade interação homem e natureza, como a admiração da paisagem cênica, a prática de atividades de aventura, banho de cachoeira, pernoite, fotografia ou até mesmo a apreciação de uma comida típica local tem tornado as UCs como principais destinos.

O turismo em sua essência é uma atividade econômica, a motivação é o elemento fundamental que origina os segmentos turísticos. Coppin (1992 *apud* DINES 1997, p. 314) define ecoturismo como:

modalidade de turismo inspirada primordialmente na história natural de uma área, incluindo suas culturas tradicionais. O Ecoturista visita áreas relativamente pouco desenvolvidas com um espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista pratica um uso não consumista da vida silvestre e dos recursos naturais, contribui com áreas visitadas através da geração de empregos, de financiamento direto para a conservação do sítio e o melhoramento da economia das comunidades locais. Ecoturismo implica em um manejo planejado por parte do país ou região receptora.

O ecoturismo segundo o Mistério do Turismo, é uma segmentação do turismo que “ utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da

interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações". Tem suas raízes na conservação ambiental aliadas a interação das comunidades locais buscando um desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio ambiental (BRASIL, 2010a, p. 17).

Outro segmento que vem crescendo "derivado" do ecoturismo, como o autor Uvinha (2005, p.269) assim coloca, é o Turismo de Aventura. Embora relativamente novo segmento no Brasil, ainda passa por diferentes conceituações e muitas vezes confundido-se com o ecoturismo e o turismo esportivo.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), conceituou o Turismo de Aventura durante a Oficina para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté (2001), como:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros, e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (BRASIL, 2005 p. 09).

Atualmente a definição utilizada pelo Ministério do Turismo para o Turismo de Aventura é a seguinte "atividades turísticas decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo", definição que desvincula as atividades de aventura com turismo de esporte (BRASIL, 2005 p. 09).

O ecoturismo e o turismo de aventura contemplam o patrimônio natural como um todo. Ambos cumprem critérios e princípios básicos de sustentabilidade com a finalidade de atrair turistas que gerem renda para as comunidades envolvidas e aproximando a sociedade à natureza, despertando a conscientização da preservação das áreas naturais (MOREIRA, 2011).

O turismo de aventura envolve o engajamento do turista com práticas e experiências com características recreativas, de superação pessoal e não a competição, como acontece no turismo esportivo. Outra importante diferenciação é em relação ao ambiente praticado, o turismo de aventura e o turismo esportivo nem sempre acontecem em ambiente natural, diferentemente do ecoturismo (BRASIL, 2010).

Contudo, as condições geográficas das UCs propiciam as práticas de diferentes atividades de turismo aventura com caráter de superação de limite pessoal, com risco controlado e a busca por adrenalina, porém quando acontecem dentro de áreas protegidas devem seguir as Diretrizes para Visitação em UC. Este documento norteia a regulamentação das atividades de aventura. As diretrizes e recomendações apresentadas neste documento destacam as atividades que ocorrem com maior frequência dentro das UCs (MMA, 2007).

Segundo este documento do Ministério do Meio Ambiente, as atividades de visitação mais frequentes e demandadas nas UCs são: Caminhada, mergulho, canoagem e rafting, vôo livre, canionismo e cachoeirismo, montanhismo e escalada, ciclismo, vista a cavernas, observação embarcada, utilização de animais de montaria e acampamento.

Estas modalidades, quando associadas ao Turismo de Aventura caracterizam-se conforme a Norma ABNT NBR 15500 como: "Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos" (BRASIL, 2010b, p.15).

Embora nem todo visitante é turista, e nem toda UC está equipada com esses serviços especializados, a visitação independe da prestação de serviços terceirizados podendo o visitante praticar atividade de aventura com o mesmo caráter de superação pessoal sem competição com responsabilidade individual. A responsabilidade é solidária quando conduzida e organizada à empresas prestadoras de serviços turísticos com atividade de aventura, com guias e equipamentos especializados (BRASIL, 2010b).

As atividades podem gerar algum tipo de modificação na natureza, porém vale ressaltar que estas alterações ocorrem em um ambiente que tem como propósito a preservação e a conservação, com princípios de um ambiente equilibrado, permitindo com restrições mediante planejamento e plano de manejo, um desenvolvimento econômico sustentável.

### 3.1 Escalada

A atividade de escalada iniciou-se no Brasil em meados de 1912, na cidade de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro, com a primeira conquista do cume Dedo de Deus. Até a década de 40 utilizavam-se de técnicas ainda muito rudimentares, empregavam-se para auxílio à ascensão de escaladores a proteção inteiramente baseada em cabos de aço e grampos. Estes que uma vez aplicados marcavam irreversivelmente a rocha (ILHA, 1983).

Atualmente o Pico Dedo de Deus faz parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PNSO) que juntamente com o Parque Nacional do Itatiaia (PNI), ambos no Estado do Rio de Janeiro, tornaram-se os principais centros de escalada nacional. Desde o início de 1930 a região do PNI é procurado com o intuito esportivo (ICMBIO, 2008).

Nas décadas de 60 e 70 houve aumento no fluxo de montanhismo e excursionismo impulsionados pelo Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN) fundado em 1962, que consiste em uma entidade não governamental com o objetivo de difundir o montanhismo e o excursionismo como forma de educação ambiental e lazer (ICMBIO, 1982).

Em 1983 foi elaborado o Manifesto pela Escalada Natural, que defendia a Máxima Eliminação dos Pontos de Apoio, que nada mais é do que a ascensão de rochas com dificuldades naturais, sem recorrer à instalação de grampos de apoio fixos na rocha. Muitos escaladores utilizavam a grampeação fixa sem nenhum critério, apenas para facilitar a ascensão. Segundo o manifesto, os grampos devem ser em números suficientes para tornar a ascensão segura, visando uma escalada natural com o mínimo impacto ambiental (ILHA, 1983).

Percebe-se que a preocupação com a preservação começa a tornar-se foco de discussões. A idéia de preservação fica evidente segundo o trecho a seguir:

Para salvar o esporte, enquanto esporte, de uma estagnação total, impunha-se que a comunidade local de escaladores resolvesse, voluntariamente, limitar os meios empregados em conquistas e ascensões subsequentes. Tal atitude era inclusive urgente, pois o Rio de Janeiro e seus arredores já haviam sido severamente castigados com milhares de grampos absolutamente desnecessários. Estes desfiguram por completo o caráter natural das paredes rochosas e constituem-se, em termos

ecológicos, em uma forma de poluição estética tão indesejável quanto o lixo que por vezes vemos espalhado ao longo de trilhas, acampamentos e mesmo amontoado na base de certas escaladas (ILHA, p. 1983).

Os impactos negativos associados á essa modalidade são classificados segundo Bahia (2004 *apud* BAHIA E SAMPAIO, 2005) como baixo, contudo quando realizado sem planejamento geram impactos em um ambiente onde não se admite a interferência humana. A utilização de trilhas para chegar a pontos de descida, subida ou mesmo a caminhada pela mata ocasionam impacto, também pode ocorrer impacto na vegetação onde se fixa o equipamento de segurança, poluição, barulho, lixo, distúrbios, alteração e destruição do habitat e vegetação (trilha), compactação e erosão do solo, interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas são exemplos dos quais deve-se seguir um estudo, e o planejamento para implantação de medidas que viabilizem a utilização para o uso público.

Para minimizar os impactos ambientais provenientes da prática da atividade de escalada, um dos maiores obstáculos enfrentados pelos escaladores é quanto as restrições impostas pelo poder público em atividades em parques, mesmo sendo estas áreas naturais públicas. Deve-se seguir o programa de uso público estabelecido pelo órgão competente de maneira a satisfazer as necessidades e anseios dos visitantes, respeitando-se o zoneamento ambiental.

O PNI e o PNSO são exemplos de Parques Nacionais com a atividade de uso público de escalada devidamente implantadas e efetivadas, possuem plano de manejo com as descrições e normatizações das atividades de uso público permitidas e as zonas restritivas. Modelos a serem seguidos para novas Unidades que possuem a atividade de escalada.

### 3.1.1 MODALIDADES DE ESCALADA

A atividade de escalada pode ser realizada tanto ao ar livre quanto em ambiente artificial. Quando associado à natureza, sendo realizado em ambiente natural em UCs e seu entorno, leva forte interseção com o ecoturismo (BRASIL, 2010b).

O que os diferencia basicamente é que no ecoturismo tem-se um aspecto apenas contemplativo das características naturais, quanto que na prática de atividades de aventura tem-se uma preferência para a atividade física e situações de desafio. O praticante vê os recursos naturais, como por exemplo uma afloração rochosa, como um recurso adequado à atividade de escalada.

Existem diferentes modalidades de escalada: escalada de bloco (ou *boulder*), escalada esportiva, escalada esportiva em móvel, artificial, *indoor*, tradicional, *bigwall*, alpina e em alta montanha (alpinismo).

A escalada esportiva segundo definição do Ministério do Turismo é: "Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos" (BRASIL, 2010, p.19).

Algumas modalidades de escaladas são realizadas em paredes relativamente pequenas onde o objetivo é a ascensão de rotas com grau de complexidade cada vez mais elevado. As proteções utilizadas são fixas com grampos e chapeletas encravadas na rocha.

Por tanto deve-se seguir as normas estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente que no contexto " os praticantes de escalada que respeitem as características originais das vias e grampeações existentes e evitem novas grampeações em trechos onde há possibilidade de utilização de equipamento de proteção móvel" (BRASIL, 2007, p.19).

A escalada esportiva em móvel, que também é realizada em paredes relativamente pequenas, porém, com peças que se encaixam em fendas, sem a utilização de grampo fixos. O praticante deve possuir prática com os equipamentos utilizados, pois a escalada se torna mais perigosa devido ao encaixe das proteções.

A escalada em *boulder* é realizada em matacões, blocos de rocha menores, e não usa corda. É uma modalidade bastante acessível e indicada para iniciantes, pois o escalador utiliza apenas sapatilhas, um colchão para amortecer a queda e magnésio nas mãos de maneira a praticar e aperfeiçoar as técnicas de escalada (TEINKE, 2013).

#### 4. RESULTADOS

A atividade de escalada teve início em Ponta Grossa no ano 1992 quando foram abertas as primeiras vias na Cachoeira do São Jorge (BARROS E MASSUQUETO, 2012). Atualmente a área está inserida dentro dos limites do Parque Nacional dos Campos Gerais.

Como citado anteriormente, o parque foi criado no ano de 2006, porém mesmo antes de seu decreto de criação já existiam esses atrativos sendo explorados e com número de usuários considerável. Segundo o ICMBio (2012) esses atrativos somados chegam a receber 2.000 visitantes em finais de semana de calor.

Fica evidente nas visitas técnicas que as áreas recebem usuários sem critério de capacidade de carga e infraestrutura adequada para a visitação e até mesmo condições sanitárias. Por estar passando pela regularização fundiária (que está no início), ações de planejamento e implantação de ações com caráter preservacionistas são dificultadas.

Conforme o Termo de Referência, documento que oferece subsídios para a gestão e o planejamento para o uso público no PNCG, existem sete áreas consolidadas com uso público. As áreas são: Cachoeira da Mariquinha, Cachoeira do Rio São Jorge, ponte do rio São Jorge, Buraco do Padre, área de Escalada próximo ao Buraco do Padre denominado Setor Macarrão, Capão da Onça, Dolina Grande e Furnas Gêmeas (ICMBIO, 2012).

A atividade de escalada, o objeto desta pesquisa, justifica-se por possuir diversos afloramentos rochosos e por já possuir uso público consolidado nessa modalidade. Com base na pesquisa bibliográfica e visitas as áreas identificadas, foi elaborado o quadro 02, que permite dimensionar o número de vias e os locais onde é realizada a escalada:

## QUADRO 02: Áreas do PNCG que possuem atividade de escalada

LOCAL	NOME DOS SETORES	Nº DE VIAS
Cachoeira do Rio São Jorge	• Poço	7
	• Paleolítico Superior e Inferior	11
	• Dali pra cima	4
	• Valéria	3
	• Jornada nas Estrelas	4
	• Zé do Caixão	6
	• Sambiquira	5
	• Mesa de Pedra	2
Próximo à Ponte do Rio São Jorge	• Boulder da Serrinha	3
Buraco do Padre	• Favo	12
Setor Macarrão (Próximo ao Buraco do Padre)	• Setor Macarrão 1	18
	• Setor Macarrão 2	19
Dolina Grande e Furnas Gêmeas	• Palas Atenas	1
	• Vênus de Milo	1

Fonte: Adaptado de BARROS E MASSUQUETO, 2010.

### 4.1 Cachoeira do Rio São Jorge

A Cachoeira do Rio São Jorge é um dos principais atrativos turísticos naturais da região dos Campos Gerais. A área localiza-se à 14km da cidade de Ponta Grossa, possui acesso à visitação e lazer mediante cobrança de ingresso.

A propriedade é utilizada e explorada pelo proprietário da terra com atividades ligadas á agricultura, também são realizadas atividades ligadas ao turismo, conta com camping, estacionamento, banho na cachoeira e alimentação. Porém as estruturas para a visitação encontram-se construídas de forma irregular, lanchonete e banheiros ficam muito próximos do leito do rio, ou seja em Área de Preservação Permanente.

Também foram observadas a prática de atividades de aventura como *motocross* e *mountain bike*. Para a prática de escalada a área conta com 45 vias de escalada catalogadas, divididas por 7 setores (BARROS e MASSUQUETO, 2010).

#### **4.2 Boulder da Serrinha**

Localizado próximo à Ponte do Rio São Jorge. Não possui nenhum tipo de controle. É uma propriedade privada, no alto da ponte encontra-se um bloco rochoso propício para prática de escala em *boulder*. A denominação deste setor é Boulder da Serrinha, pois está localizado na parte mais alta do terreno, faz parte da Escarpa Devoniana, tornando-se um belo mirante para a represa Alagados.

#### **4.3 Buraco do Padre**

O Buraco do Padre é um dos principais atrativos turísticos da região dos Campos Gerais. É uma furna onde pode-se adentrar em seu interior, apresenta uma cachoeira de aproximadamente 30 metros de altura. Situa-se à 25 km de Ponta Grossa. Recentemente passou por revitalização da infraestrutura para receber visitantes, possui como atrativos banho de cachoeira, escalada, rapel e camping (ICMBIO,2012). Possui controle de acesso com cobrança de ingresso. Para a prática de escalada conta com o setor Favo e Robozinho. São locais com vias de diferentes níveis de dificuldade, totalizando 12 vias.

#### **4.4 Setor Macarrão**

Próximo ao Buraco do Padre esta área denominada Setor Macarrão, é um maciço rochoso dividido em 2 setores de escada (1 e 2), com até 28 metros de altura e vias mais técnicas. Ao todo possui 19 vias. Não possui controle de acesso, também não é cobrado ingresso, contudo as atividades de camping e escalada acontecem sem autorização do proprietário (ICMBIO, 2012).

#### **4.5 Dolina Grande e Furnas Gêmeas**

A 22 km de Ponta Grossa encontram-se as Furnas Gêmeas e a Dolina Grande, estruturas do tipo cavidade subterrânea. Essa estrutura assim como o

Buraco do Padre, surge com o processo de dissolução das águas subterrâneas e superficiais e resultam de desabamento de blocos de rocha.

A Dolina e as Furnas Gêmeas não possuem controle de visitação, nem cobrança de ingresso. As Furnas Gêmeas, diferentemente do Buraco do Padre, não possuem acesso pela sua base, embora há grampos para a atividade de rapel que acontece até o interior da fuma. Estudos mais detalhados devem verificar se o acesso a base da fuma pode ocorrer, visto que existe uma vegetação densa exemplar da Floresta Ombrófila Mista e paredes muito íngremes, o que dificulta a subida e danifica a nidificação de aves.

A Dolina Grande possui acesso pela sua base onde encontra-se 2 vias de escaladas: a via Palas Atenas e a via Vênus de Milo.

## 5. CONCLUSÃO

A efetividade do parque só se dará quando as áreas forem incorporadas ao patrimônio público com a implantação de um programa de manejo mediante estudo de capacidade de carga, programa de uso público contendo como subprogramas a interpretação ambiental, educação ambiental, recreação e lazer.

Os atrativos naturais aqui citados estão inseridos em áreas particulares, apenas dois dos atrativos com prática de escalada possuem uso público mediante cobrança de entrada, os demais são utilizados de maneira clandestina.

Em todos os locais não há ainda nenhuma referencia ao PNCG, desta forma os frequentadores desconhecem a importância da preservação dos ecossistemas ali presentes. Nas trilhas há necessidade de sinalização, por diversas vezes ocorrem ramificações e os visitantes correm o risco de perder-se no caminho.

Quanto à prática de escalada, pelo fato das áreas ainda serem particulares, a falta de gestão impossibilita a implementação de normas, diretrizes e a fiscalização do cumprimento das mesma. Não há informações quanto a abertura de novas vias de escalada.

A conscientização da importância em se realizar a escalada ecologicamente equilibrada fica à critério da comunidade de escaladores, que requiere dos praticantes de escalada que respeitem as características originais das vias e

grampeações existentes e evitem novas grampeações em trechos onde há possibilidade de utilização de equipamento de proteção móvel (MMA,2007).

Contudo, a área estudada demonstra-se apta para a prática consciente da atividade de escalada. Estudos com caráter preservacionista são de extrema importância para a implantação desta importante unidade de conservação. Há viabilidade de adequação das diversas modalidades de escalada em rocha, indicando as áreas para o desenvolvimento da atividade, trilhas de acesso e pernoite quando necessário.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA, M. C; SAMPAIO, T. M. V. **Turismo de Aventura na Região Amazônica: Desafios e Potencialidades.** In: Ricardo Ricci Uvinha. (Org.). Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências. 1.ed.São Paulo-SP: ALEPH, 2005, v. 01, p. 155-182.

BARROS, F. L. B; MASSUQUETO, L. P. **Guia de Escalada em Rocha:** Ponta Grossa, Paraná: Editora Marumby, Curitiba, p. 76.

BRASIL. **Lei Nº 9.985 de 18 de junho de 2000.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais.** Decreto Federal s/no. Brasília, 23 de março de 2006. Senado Federal, Subsecretaria de Informações.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010a, p. 90.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010b, p. 74.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de Aventura.** Relatório Diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

DINES, M. **Turismo em Parques:** Análise e Perspectivas para o Ecoturismo no Núcleo Santa Virgínia - Parque Estadual da Serra do Mar - São Paulo. In: I

Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. Anais. Curitiba: IAP; UNILIVE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. II. p. 307-319.

EMBRATUR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Turismo de Aventura**: Relatório da Oficina de Planejamento. Caeté: EMBRATUR, 2001.

ICMBIO. **Plano de Manejo - Parque Nacional do Itatiaia**. 1982.

ICMBIO. **Plano de Manejo - Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. 2008. Encartes 1, 2, 3 e 4.

ILHA, A. **Manifesto da Escalada Natural**, Rio de Janeiro, 1983.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002, p. 224.

MELO, M.S.; GUIMARAES, G.B.; SANTANA, A.C. **Fisiografia da Bacia do Rio Pitangui**. In: GEALH, A.M.; MELO, M.S.; MORO, R.S. (Orgs.). Pitangui, Rio de Contrastes: Seus Lugares, Seus Peixes, Sua Gente. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010. Cap. 1, p. 11-21.

MILANO, M. S. **Por que Existem as Unidades de Conservação?** In: MILANO, M. S. et al. Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 208p. Curitiba, 2002.